

**A pequena história da mulher que foi para a casa da morte e sobreviveu para contar as suas memórias: Inês Etienne Romeu a testemunha ocular dos horrores da tortura na Ditadura Militar Brasileira<sup>i</sup>**

**The short story of the woman who went to the house of death and survived to tell her memories: Inês Etienne Romeu the eyewitness to the horrors of torture in the Brazilian Military Dictatorship**

**La pequeña historia de la mujer que fue a la casa de la muerte y sobrevivió para contar sus recuerdos: Inês Etienne Romeu, testigo ocular de los horrores de la tortura en la dictadura militar brasileña**

Ivo dos Santos Canabarro \*

**Resumo:** O artigo aborda uma perspectiva de reparo da memória subterrânea de uma sobrevivente das torturas sofridas na "Casa da Morte", em Petrópolis/ RJ, inserida num cenário coletivo de lutas e resistências contra o autoritarismo de Estado. Trata-se de uma perspectiva histórica, a partir de uma atriz social singular, inserida num contexto de recuperação de dimensões significativas da memória subterrânea, diante da violência de gênero que acometeu mulheres rebeladas contra a ditadura militar no Brasil. Sua singularidade foi marcada por uma trajetória ímpar, resistiu aos horrores das torturas, da prisão e continuou a sua luta para trazer a tona o não-dito, aquilo que por muito tempo permaneceu como uma memória subterrânea da história do tempo presente. A reflexão mescla, em termos metodológicos, abordagens analíticas e hermenêuticas.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Gênero. Memória.

**Abstract:** The article approaches a perspective of repairing the underground memory of a survivor of the tortures suffered in the "Casa da Morte", in Petrópolis/ Rio de Janeiro, inserted in a collective scenario of struggles and resistances against State authoritarianism. It is a historical perspective, from a unique social actress, inserted in a context of recovery of significant dimensions of underground memory, in the face of gender violence that affected rebellious women against the military dictatorship in Brazil. His singularity was marked by a unique trajectory, he resisted the horrors of torture, from prison and continued his struggle to bring out the unsaid, what for a long time remained an underground memory of the history of the present time. The reflection mixes, in methodological terms, analytical and hermeneutical approaches.

**Keyword:** Human rights. Gender. Memory.

**Resumen:** El artículo aborda una perspectiva de reparación de la memoria clandestina de un sobreviviente de las torturas sufridas en la "Casa da Morte", en Petrópolis / RJ, insertada en un escenario colectivo de luchas y resistencias contra el autoritarismo estatal. Es una perspectiva histórica, desde una actriz social única, insertada en un contexto de recuperación de dimensiones significativas de la memoria clandestina, frente a la violencia de género que afectó a mujeres rebeldes contra la dictadura militar en Brasil. Su singularidad estuvo marcada por una trayectoria única, resistió los horrores de la tortura, desde la cárcel y continuó su lucha por sacar a relucir lo no dicho, lo que durante mucho tiempo fue un recuerdo subterráneo de la historia de la actualidad. La reflexión mezcla, en términos metodológicos, enfoques analíticos y hermenéuticos.

**Palabras clave:** Derechos humanos. Género. Memoria.

## Introdução

Os trabalhos históricos que se dedicam a decifrar atores sociais singulares ainda são recentes, pois os historiadores e demais cientistas sociais geralmente investigam os atores coletivos. A partir de uma perspectiva histórica abordada por Prost (1999) é possível trabalhar com estas duas dimensões sem perdas ou danos nas narrativas. O autor observa com critérios próprios e definidores que uma dimensão que comporta o ator social no singular, é extremamente importante na perspectiva de narrar exatamente a importância da singularidade em um determinado período e panorama histórico. Prost (1999) observa com veemência que o ator singular muitas vezes rompe com uma determinada regularidade ao destacar se por determinadas ações que marcam sua atuação no contexto. Utiliza-se a noção de ator ou atriz social<sup>iii</sup> exatamente para marcar a singularidade de uma mulher que sofreu uma grande violência de gênero, num contexto histórico brasileiro onde se normalizava esse tipo de violência como espécie de castigo por atuar numa dimensão política marcada pela presença massiva de homens.

Ainda seguindo a linha de abordagem de Prost (1999) os atores sociais singulares são marcados exatamente pelo seu processo de atuação, onde muitas vezes, de alguma forma, rompem com singularidades nos regimes de historicidade bem definidos por Hartog (2013). Esses regimes de historicidade são plausíveis de singularidades e, ao mesmo tempo, de rupturas. Os mesmos regimes de historicidade, segundo Hartog (2013), comportam tanto as singularidades quanto as coletividades. Portanto, trabalhar com um ator social determinada num regime, requer um processo de escolhas e evidências de sua importância para um determinado coletivo. Entende-se aqui coletivo de uma forma mais ampla, de um lado o coletivo de lutas contra a ditadura militar brasileira, e, de outro lado, mais especificamente as lutas do movimento das mulheres que protagonizaram esse mesmo coletivo. Para tanto, entra em cena toda a problemática da violência de gênero, pois, além das lutas as mulheres sofriram

o preconceito de gênero, exatamente por representarem um conjunto de lutas consideradas como subversivas em determinada ordem social, marcada essencialmente pela violência e repressão. A violência de gênero foi mais evidente, pois estas mulheres saíram do espaço privado que lhes era determinado social e culturalmente e tomaram o espaço público marcado pelo predomínio do masculino<sup>iv</sup>.

O artigo tem a pretensão de marcar a evidência de uma violência de gênero sofrida pelas mulheres consideradas com subversivas pela Ditadura Militar Brasileira, pois acontece no contexto dos anos de 1960 e 1970, período marcante para os estudos sobre gênero no mundo, onde se procurou de diferentes formas romper com o código binário entre masculino e feminino e mostrar que as mulheres além do espaço doméstico poderiam conquistar o espaço público. Enquanto no mundo ocidental estas mesmas décadas marcavam um período de luta por direitos, no Brasil o cenário era de extrema violência para as mulheres, pois até mesmo os companheiros de lutas pela reconquista da democracia as discriminavam. Foi um período marcado pela violência em todas as dimensões do mundo político e social, um processo de extrema exclusão onde sobreviver como um militante contra o regime custou o cerceamento da vida de muitas pessoas, tanto de homens quanto de mulheres. Mas, pode-se afirmar que as mulheres ainda sofreram outras formas de violência, como os estupros e humilhações dos torturadores. Portanto, foi um período de luta dobrada por parte das mulheres, lutaram pelos direitos políticos e, também por sua própria sobrevivência num papel de constante inferioridade pelo fato de serem mulheres e militantes.

A segunda parte do artigo aborda especificamente a atuação de uma atriz social individual, uma contribuição de Inês Etienne Romeu, uma mulher destacada pela sua luta pela sobrevivência na chamada “Casa da Morte” e posteriormente sua prisão. O resgate de sua memória subterrânea foi exatamente no sentido de perceber sua singularidade como militante e sobrevivente das torturas sofridas, bem como seu papel singular de divulgar suas memórias sobre os horrores sofridos nos cativeiros e na penitenciária. A perspectiva histórica de trabalhar com uma determinada atriz social é, precisamente, no sentido de verticalizar a análise pelos seus indícios deixados para podermos recompor uma trajetória de lutas pela preservação de uma memória que saiu de uma dimensão subterrânea e tornou como dito, ou seja, uma evidência um indício de algo que realmente aconteceu, de uma memória não tão distante do tempo presente.

## **A luta das mulheres e a violência de gênero**

A luta das mulheres no Brasil durante a ditadura militar (1964-1985) foi marcada por extrema violência de gênero, pois além da perseguição política, estas saíram do espaço privado e passaram a ocupar os espaços públicos. Diferente de lutas anteriores à ditadura, em que as mulheres protagonizaram como operárias e demais lutas como a questão do voto feminino<sup>v</sup>, as lutas durante o período da ditadura sofreram repressão de forma mais feroz e violenta. Em sua obra clássica sobre o tema Colling (2004), observou claramente o desafio que essas mulheres enfrentaram na ditadura no Brasil. Foi um duplo processo de reconhecimento de suas lutas, primeiro pelos próprios companheiros de lutas, depois como atores num cenário de extrema violência e opressão. Foi essencialmente uma ousadia corajosa, pois precisavam ser reconhecidas como mulheres e militantes no espaço público, visto que, nos anos de 1960 se intensificariam as lutas pela emancipação feminina no ocidente, isto é, os grandes movimentos feministas começariam a ocupar o espaço público.

O processo de resistência à ditadura no Brasil, como observa Gaspari (2002) foi de extrema violência e repressão, tanto para os homens quanto para as mulheres. As prisões, as torturas, as mortes e os desaparecimentos foram uma rotina para os militantes. Nos Relatórios da Comissão Nacional da Verdade (2014) essa evidência apareceu claramente, prisões, torturas e assassinatos eram praticados dentro dos mecanismos do Estado. Inclusive, um dos propósitos pela criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) que iniciou em 2011 e teve seus relatórios foram apresentados em 2014, foi tentar fazer uma reparação pública dos excessos de violência praticados pelo Estado Brasileiro. Os Relatórios demonstram claramente que as pessoas que lutaram e resistiram de alguma forma à ditadura foram os mais atingidos pela repressão de Estado. Foi uma tentativa de fazer uma reparação pública da violência de Estado contra a sociedade brasileira durante a Ditadura Militar, sendo o principal foco da CNV, bem como projetar a construção de uma memória social acerca deste período histórico (CANABARRO; STRÜCKER, 2017).

As lutas de resistências à ditadura estiveram presentes desde o início de sua implantação, a partir de 1964, mas, segundo Fausto (2006), o cenário tomou uma configuração diferente em 1968 pela instalação do Ato Institucional 5 (AI-5)<sup>vi</sup>, o qual reprimiu violentamente os movimentos de contestação no Brasil. A partir de 1968 houve um cerceamento total das prerrogativas democráticas, ou seja, começariam os anos de chumbo da ditadura. Apesar da violência e repressão aos movimentos sociais e organizações políticas e sindicais, a luta permaneceu, mas de forma clandestina. As prisões e delações foram constantes, a repressão foi infalível com os ativistas políticos, todos os cuidados seriam ainda

poucos perante todo o aparato do Estado, os militantes passariam a viver de forma clandestina, fugindo dos repressores que se infiltravam em todas as instituições, universidades, sindicatos, mesmo em lugares cotidianos, onde os militantes viviam.

Os aparatos opressores do Estado foram criados exatamente para serem repressores e violentos, eles foram os locais destinados a todas as formas de repressão praticadas de forma intensa e cruel. Esses aparatos foram principalmente alocados nos exércitos e demais instituições como cadeias especiais para a repressão política. Mecanismos repressores e de torturas como as “Casas da Morte”, que também se fizeram presente no Brasil durante a ditadura. Os exércitos foram os principais locais, pois contavam com uma estrutura implantada pelos próprios militares, responsáveis pelas torturas. As torturas foram práticas tão presentes nesse período que segundo Canabarro, Chuquel e Meier (2018) foi um tipo de violência sem precedentes, as pessoas que passaram por essa prática tiveram suas vidas marcadas para sempre. A violência da tortura é uma marca que deixou indícios na constituição psicológica de homens e mulheres submetidas a ela, é uma verdadeira memória subterrânea difícil de tornar-se como algo dito e trabalhado num processo de reparação psíquica.

As práticas das torturas durante a ditadura militar brasileira marcaram de forma drástica a vida de todos que foram submetidos a elas, foi uma das formas utilizadas para que as pessoas falassem sobre os movimentos que pertenciam e/ou fizessem delações sobre companheiros que permaneciam como clandestinos nos movimentos. Os grandes alvos da ditadura foram os líderes desses movimentos, pois se acabassem com eles esses movimentos e organizações ficariam desestruturados. Nos casos mais específicos das mulheres presas, muitas delas eram militantes bem como outra parte as que eram esposas e/ou companheiras de líderes políticos. Ainda que a prática da tortura já fosse considerada como ato extremamente violento e desumano, capaz de causar sequelas para toda a vida do torturado, foram ferramentas comuns de repressão (SCHWARCS; STARLING, 2015). Muitas ações foram realizadas no Brasil após a criação da Comissão Nacional da Verdade com auxílio da Anistia Internacional no sentido de dar algum tipo de suporte e/ou reparação as pessoas que foram submetidas a torturas.

Quando praticadas em mulheres, as torturas representam um duplo processo de violação de direitos, pois além de uma violência física e psíquica, configura-se como uma violência de gênero. Pois segundo Araújo (1996), a violência de gênero configura-se com qualquer ato de violência que resulta ou poderia resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexual ou mesmo psicológico das mulheres, bem como ameaças a tais atos, como coerção,

privação arbitrária de liberdade em público ou até mesmo em sua vida privada. Toda a violência de gênero é um atentado a integridade da vida das mulheres, pois pode acontecer tanto no espaço privado quanto no espaço público. No caso mais específico abordado nesse artigo, ficaria mais destinado ao espaço público onde ocorreram os inúmeros casos de violência contra as mulheres que lutaram na ditadura militar brasileira.

Segundo as observações de Araújo (1996), a configuração da violência de gênero foi uma prática constante contra as mulheres militantes, pois com as torturas tiveram muitos sofrimentos e danos físicos, sexuais e psicológicos. A condição de ser mulher e torturada as colocaram num lugar de extrema vulnerabilidade, pois as torturas eram praticadas por homens que as ameaçaram tanto fisicamente quanto psicologicamente. Segundo Azevedo (1985), a violência de gênero implica em destacar que em distintas sociedades, e em especial na brasileira, homens e mulheres têm uma participação diferente em função de sua condição sexual e a própria sociedade em que vivemos legitima essa diferença. Decorrente disso configura-se numa sociedade patriarcal<sup>vii</sup> um padrão de relações sexuais hierárquicas, onde o homem tem um papel preponderante, decorre, então, um desequilíbrio e, ao mesmo tempo, um processo de dominação do homem sobre as mulheres, tornando-se a violência de gênero algo presente nas relações humanas.

Nos casos mais específicos de torturas praticadas contra as mulheres, a violência de gênero chegou a patamares discrepantes, pois confinadas em prisões e casas da morte, não tinham como defender-se da violência praticada por homens. Foram ações que mostraram com evidência que a violência praticada por um homem contra uma mulher, decorre não somente por uma ação contra o corpo físico, mas essencialmente contra sua condição psíquica. A violência sexual e as humilhações mostraram o papel vulnerável que as mulheres estavam condicionadas, marcando de forma desumana uma violência que mostrou as desigualdades de gênero, nas quais as relações sexuais hierárquicas foram preponderantes. Foi uma violência de gênero que cerceou a liberdade das mulheres, pois ficavam confinadas nas prisões, exércitos de demais órgãos repressores do Estado.

As marcas das torturas não são apenas as físicas, mas sobretudo as psíquicas, pois a violação da integridade das mulheres ocorreu de forma constante e brutal, foram condicionadas em primeiro lugar a privação da liberdade, pois não tinham mecanismos de defesa pessoal. Num segundo momento, foram condicionadas as práticas de torturas físicas e psicológicas, as humilhações sexuais e mesmo a perda da capacidade de reação, pois como sabemos as torturas foram processos tão cruéis que as pessoas perdiam a consciência inclusive dos lugares onde estavam, conforme o Relatório da CNV (2014). A violência foi tão

intensa que suas marcas ficaram nos seus corpos, e as sobreviventes ainda carregam essas marcas para toda a sua vida. Trabalhar com essas mulheres em casos de violência de gênero é dar voz a tudo o que permaneceu durante muito tempo como não-dito, na concepção de Pollak (1989) sobre as memórias subterrâneas que permaneceram e, em muitos casos, ainda permanecem nos silêncios da história. Somente os processos de reparações psíquicas com essas mulheres podem trazer a tona conjuntos de memórias subterrâneas.

Existem muitos trabalhos sobre violência de gênero mais circunscritas aos espaços domésticos de vivência das mulheres, como salienta Meneghel *et al* (2000), onde as mulheres ficam em situação de extrema vulnerabilidade. Decorrente disso, são realizadas incursões de reparação e empoderamento dessas mulheres em situação de violência. No caso específico deste artigo, destacamos a violência de gênero mais circunscrita aos espaços públicos, nos casos de prisões, torturas, desaparecimentos e mortes. Como apontou o Relatório da CNV (2014), em diversos casos as mulheres sequer sobreviveram para contar suas próprias histórias, foram contadas por outras que testemunharam a violência. Para recompor um panorama de memórias de uma mulher que sofreu e testemunhou a violência de gênero é preciso compor um conjunto de fragmentos dessas memórias subterrâneas, semelhante a um método indiciário, recompondo a partir de fragmentos testemunhais.

A recomposição de um panorama sobre os estudos sobre gênero e, sobretudo, sobre a violência de gênero é um caminho que exige a recomposição dos discursos e fragmentos das diferentes histórias. Segundo Butler (2013), o próprio sujeito das mulheres não é mais compreendido em termos estáveis ou permanentes. A autora observou que é muito significativo a quantidade de materiais os quais não somente questionam a viabilidade do sujeito como uma representação ou, até mesmo, a sua libertação. Para Butler (2013) as mulheres são constantemente reconstruídas e (re)significadas nos diferentes espaços de vivências e contextos históricos. Portanto, ainda seguindo o raciocínio da autora, são construídas diferentes representações sobre o sujeito mulher, em muitos casos são representações que atendem determinadas formas de poder e/ou processos repressivos aos quais as mulheres são enquadradas nessas ordens discursivas.

Inclusive, autores defendem a tese de que gênero é uma representação, apresentada de diferentes formas com significados e significantes muito adequados a diferentes contextos sociais (BUTLER, 2013). Lauretis (1994) afirma que o gênero é uma representação, destacando que não significa que não tenha implicações concretas ou reais tanto sociais quanto subjetivas. A autora destaca que a própria representação de gênero é a sua construção. Butler (2013) propõe que a representação de gênero não se distancia da realidade, dessa forma

contribuindo para enfatizar e reiterar as diferenças de gênero. Sendo assim, tendemos a enfatizar que a violência de gênero serve para reforçar as diferenças, marcadas pelo papel social de cada gênero em um determinado contexto histórico. Num contexto dado nos processos de torturas em que as mulheres foram vítimas essas diferenças aparecem de forma gritante, a prepotência da dominação masculina marcou a violência de gênero nos espaços públicos e nos mecanismos de opressão do Estado.

Seguindo de uma forma indiciária para compor o estudo vamos trabalhar com alguns fragmentos imagéticos para dar conta de recontar a trajetória da sobrevivente da “Casa da Morte”, onde esses índices são pedaços de um caleidoscópio de suas memórias. Seus fragmentos são parecidos com o que Butler (2009) vai chamar de *frames*, ela observa que o nosso olhar é composto por esses marcos, que nos permitem reconhecer as formas hegemônicas de viver o gênero e a sexualidade. Mas, ainda segundo a autora, os marcos (*frames*), também reproduzem o visível. É exatamente nesse conjunto de alguns fragmentos visíveis que as trajetórias se recompõem e se (re)significam, nos permitindo adentrar em um conjunto de singularidades sobre a vida de uma pessoa, uma atriz social singular, que marcou presença num percurso de extrema violência de gênero na ditadura militar brasileira.

### **Um percurso e suas pequenas histórias: venceu a morte para contar suas memórias**

A importância da cultura visual para a construção do conhecimento é algo fundamental e necessária para os estudos históricos. No caso mais específico da fotografia, ela não é apenas uma ilustração do texto escrito, mas, sobretudo, um documento visual com suas potencialidades (CANABARRO, 2011). O uso das imagens na construção de uma história de gênero é um desafio atual nas novas narrativas. Já na década de 1970, nos princípios dos estudos sobre gênero, a escritora Betty Friedan (1971), observou que as imagens de diferentes suportes (fixas ou em movimento), passariam a ser compreendidas como uma determinada mística feminina, desta forma, destacando modelos e padrões de comportamentos nas diferentes sociedades e, principalmente, como um elemento fundamental para as representações sobre gênero. Isto é, representações imagéticas de diferentes padrões de comportamento, tanto os idealizados quanto os que não seguiam os estabelecidos como padrões idealizados ou hegemônicos.

No caso específico de análise faz-se importante objetivar que as imagens fotográficas apresentadas são essencialmente do tipo documental, ou seja, testemunhas documentais, pois no caso elas reproduzem uma representação de gênero mais próxima a realidade. Pois

precisamos pensar nas imagens como construções de gênero aplicadas a diferentes estudos de casos, no permitindo visualizar os elementos que nos remetem a diversas construções, ou seja, que tipo de construção de gênero pretendemos analisar diretamente nas representações imagéticas. Rossi (2017) nos aponta para a questão da necessidade de rompermos as construções que se tornaram naturalizadas, que aparecem como retratos fiéis as construções e categorizações de gênero. Em muitos casos, nas análises de imagens nos aparecem modelos de representações que não atendem a demandas de padrões estabelecidos socialmente.

Para compor esse pequeno percurso de uma mulher que lutou contra a ditadura militar brasileira, vamos nos basear em pequenos indícios, nas fotografias que compõem uma cultura visual sobre a resistência no Brasil. As fotografias na categoria documental são apresentadas de uma forma sequencial para a construção de sua trajetória. Os dados indiciários e as imagens fotográficas foram extraídos de uma reportagem de André Bernardo para a BBC News Brasil, em recente reportagem de Janeiro de 2021. A trajetória aqui apresentada é de Inês Etienne Romeu que nasceu em 1941 e morreu em 2015. A sua singularidade foi ser uma atriz social individual que transcendeu as barreiras da morte, num espaço destinado para isso, ou seja, numa “Casa da Morte”, viveu os horrores da tortura nesse espaço e sobreviveu para narrar o sofrimento.

Figura 1: Fachada da Casa da Morte, em Petrópolis, que foi de esconderijo de espião nazista a centro clandestino de tortura



Fonte: (BERNARDO, 2021) Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>.

Na figura 01, em primeiro plano, a fachada lateral da “Casa da Morte”, em Petrópolis na Região Serrana do Rio de Janeiro. Segundo Nora (1993), estes espaços representam um lugar de memória da dor e do sofrimento das pessoas que passaram por determinado local, como a “Casa da Morte”, uma casa personificada, como um espaço que foi cenário as

memórias subterrâneas, que de acordo com Pollak (1989), trata-se daquela que permaneceu muito tempo como não-dita. Essencialmente na condição de não-dita, pela força de um sofrimento que acometeu pessoas num período crítico de um estado de exceção no Brasil. Muitos espaços de memória, segundo Nora (1993), podem causar tanta dor ao ser revisitado por suas vítimas que podem permanecer por muito tempo quase obsoletos. Esses espaços de torturas no Brasil podem ser parcialmente comparados aos Campos de Concentração na Europa, que permaneceram muito tempo abandonados, no sentido de que representam uma memória subterrânea, mas que podem emergir, vir à tona, ao dito, constituir uma memória coletiva de um momento representativo ao país.

Inês Etienne permaneceu durante noventa e seis dias na “Casa da Morte”, considerada como um verdadeiro centro clandestino de torturas. Estima-se, segundo o Relatório da CNV (2014), que existiram outras casas como essa, que eram locais destinados a prisão e torturas de homens e mulheres. Os lugares são extremamente emblemáticos e carregam um conjunto de memórias que podem despertar muitas sensações. Os espaços onde eram praticadas as torturas estavam estruturados para confundir as pessoas, com salas escuras, equipamentos de choques, pau da arara, tanques com água onde enfiavam a cabeça dos torturados (SCHWARCS; STARLING, 2015). Consistiam em verdadeiros espaços de dor e sofrimento, é uma tarefa e sensação muito difícil para uma pessoa que foi torturada voltar ao lugar da tortura.

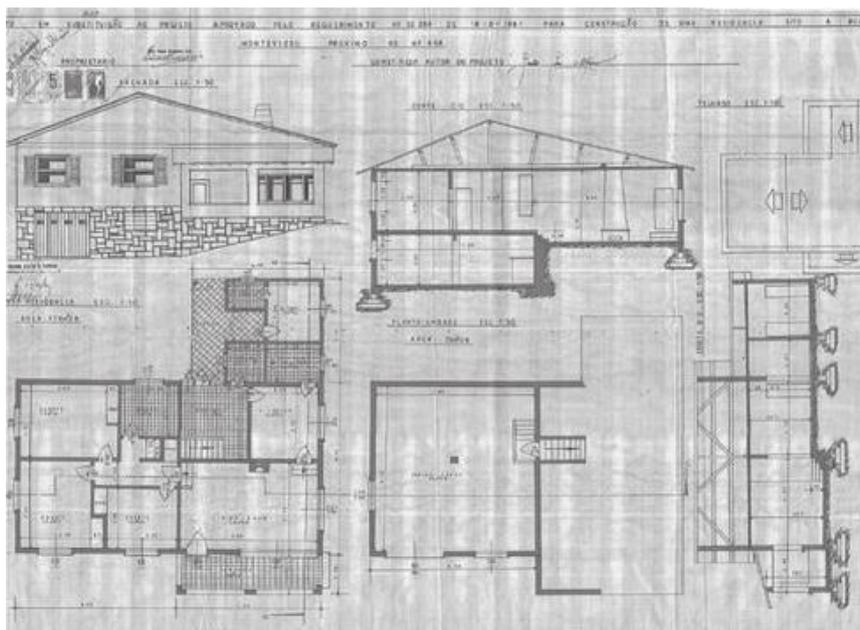
Figura 2: Inês Etienne e Celina Romeu, em foto de 2014



Fonte: (BERNARDO, 2021). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>.

Na figura dois, onde aparece Inês Etienne Romeu, à esquerda e Celina Romeu à direita do primeiro plano da fotografia em 2014. É uma sequencia proposital de imagens, que segundo Pollak (1989) representam a passagem do não-dito para o dito, também expressas no depoimento de Inês Etienne para a Comissão Nacional da Verdade (2014), na qual Inês Etienne tornou suas memórias como ditas narrando os acontecimentos na “Casa da Morte”. A atriz social e testemunha do período ditatorial descreve tudo o que sofreu, todos os horrores naquela casa, humilhações, torturas, abuso sexual. Inês sofreu todo o tipo de abuso e violência de gênero, mas jamais delatou nenhum de seus companheiros de organização. Inês foi uma feroz divulgadora das torturas que sofreu, e seu depoimento para a CNV (2014), foi um reforço de uma memória que ela já vinha a certo tempo tornando-a como dita. Inês denunciou os seus algozes, falando de toda a tortura e humilhações que sofreu, por isso ainda foi perseguida durante o período da ditadura, inclusive depois da Lei da Anistia em 1979.

Figura 3: Planta da Casa da Morte, em Petrópolis



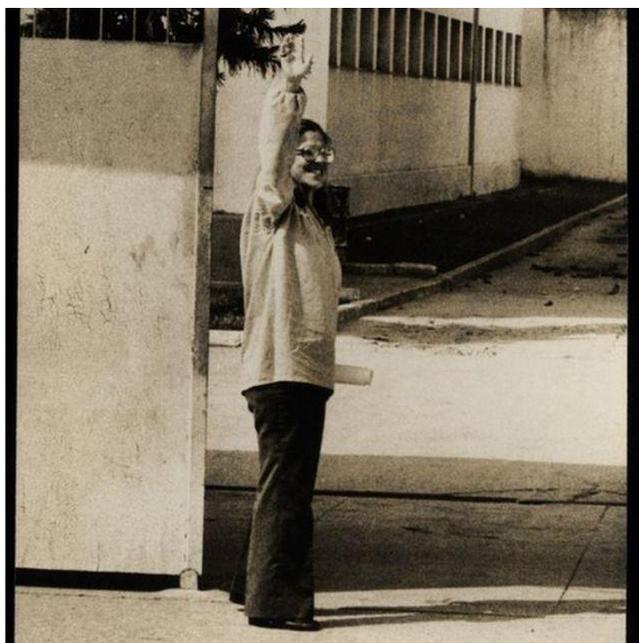
Fonte: (BERNARDO, 2021). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>.

A figura três é um croqui ou planta baixa da “Casa da Morte”, uma arquitetura preparada para um centro de torturas, como muitos outros que existiram no Brasil durante a ditadura militar. Inês Etienne chegou à casa da morte em 1971. A casa da morte foi o segundo lugar onde Inês sofreu as torturas, aos 29 anos de idade, e teve fortes reações, pois já havia passado por este sofrimento no Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) em São Paulo. No cativeiro da casa de torturas foi humilhada e torturada cotidianamente. Neste contexto perseguição aos que contestavam o regime ditatorial, a violência de gênero se

tornou forte agravante. A humilhação e o assédio através da violência de gênero foram tão abusivos que Inês foi obrigada a limpar a cozinha nua, ouvindo gracejos e obscenidades dos agentes e torturadores.

A qualquer hora do dia ou da noite sofria torturas físicas e psicológicas, com choques elétricos e injeções com substâncias que a dopavam. Os torturadores a arrastavam pelo chão segurando nos cabelos, com violentas pancadas na cabeça até perder a consciência. A tortura foi tão brutal que deixou marcas para o resto de sua vida, mesmo assim ela não perdeu a coragem de denunciá-los pelos horrores que sofreu na “Casa da Morte”, denominando que foi o inferno onde foi para morrer, mas sobreviveu. Ao ler os relatos de Inês acerca da violência que sofreu, assim como as violências que outras mulheres narraram e que são descritas no Relatório da CNV (2014), percebe-se que além das torturas semelhantes empregadas aos homens, mulheres precisaram enfrentar ainda abusos relacionados a sua condição de ser mulher. Choques nas genitais, estupros, nudez, assédio, foram formas de expressar que não apenas não seriam aceitas revoltas ao regime, mas que especificamente mulheres não deveriam compor grupos de guerrilhas contra a ditadura. Mais uma vez, reforçou-se que o lugar “natural” do feminino era de subserviência, doméstico e de servidão.

Figura 4: Inês Etienne Romeu na frente da Penitenciária Talavera Bruce, no Rio, em 1975



Fonte: Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>.

Na figura 04, Inês Etienne, em primeiro plano na fotografia, posiciona-se em frente a Penitenciária Talavera Bruce, Rio de Janeiro, no ano de 1975. Inês permaneceu nesta penitenciária de 1971 a 1979, na prisão ela suportou o isolamento, pois as demais presas a

acusavam de delatora. Sua rotina na penitenciária era de isolamento, mas contava histórias, bordava tapetes e gostava de ver novelas. O motivo de sua libertação foi decorrente de ter convencido um militar de alta patente no exército, que haveria mudado de lado na luta política, argumentando que havia se tornado uma infiltrada para denunciar os companheiros, mas foi apenas uma estratégia para livrar-se da prisão, ou seja, apenas um blefe.

A reação das companheiras de cela além de expressar um tratado de lealdade entre dissidentes do regime militar, também pode simbolizar discussões mais presentes na contemporaneidade, referente a sororidade<sup>viii</sup> entre mulheres. Evidentemente, o medo da delação representava a possibilidade de perda de companheiros de luta, entretanto, em uma sociedade tão marcada pelos valores patriarcais, em que mulheres são educadas para competir umas contra as outras, impor-se contra uma aliada de luta pode ser um fragmento representativo de que mesmo em um contexto de revolta ao que está posto, ainda é possível que haja a adesão a uma cultura opressora, que nem sempre se faz notada<sup>ix</sup>.

Figura 5: Inês Etienne Romeu na terceira auditoria do Exército, no dia 24/08/1972



Fonte: (BERNARDO, 2021). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>.

Na figura 05, em primeiro plano na fotografia, pode-se observar Inês Etienne com toda a sua sobriedade num momento de depoimento em uma auditoria do Exército, exatamente no dia 24/08/1972. Nesse ano Inês já era presa política, de modo que as auditorias serviam como interrogatórios dos presos políticos. A posição de Inês no recorte desse espaço fotográfico, ocupa praticamente todo o primeiro plano. No plano de detalhes da fotografia,

sua pose de um total imobilismo numa situação de ordenamento numa auditoria militar. Os gestos corporais demonstram um momento de retenção em uma situação ordenada, braços e pernas contidos, a expressão facial de seriedade e constrangimento, isto é, representa o cerceamento da liberdade, a condição de sujeito em um período de autoritarismo.

Figura 6: Inês Etienne Romeu sendo libertada em 29 de agosto de 1979



Fonte: (BERNARDO, 2021). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>.

A figura 06 expõe o momento de libertação de Inês Etienne em 1979, ano em que foi promulgada a Anistia no Brasil. No primeiro plano da fotografia Inês aparece com uma expressão facial de felicidade, as mãos batendo palmas pela liberdade sua e dos companheiros presos durante os anos de chumbo da ditadura militar brasileira. Foi um de seus momentos de felicidade, pois estava muito tempo presa em uma situação de isolamento das demais colegas de prisão. A fotografia é extremamente emblemática, pois sua liberdade representou uma nova fase na sua vida, ou seja, de lutar pela liberdade e denunciar os horrores da ditadura militar, as torturas, mortes e desaparecimentos de seus companheiros de luta.

Recompôr as memórias subterrâneas de uma militante política no Brasil é, sobretudo, uma forma de narrar uma história do tempo presente, os fragmentos são dispersos, compõem-se de pequenos índices de algo vivido. Inês Etienne teve uma vida de sofrimentos e de lutas, teve a ousadia e a coragem de continuar com uma luta pela preservação dos direitos humanos. Inês morreu em 2015, mas no ano anterior a sua morte deu depoimento a CNV, o que demonstrou a sua força e coragem de denunciar a tortura, a prisão, as mortes e desaparecimentos. Denunciou os torturadores e pediu sua condenação, trabalho lento e

incansável, mas que repercutiu nos processos de reparação do Estado. Se os casos não foram solucionados, pelo menos ficaram os seus registros na história.

## **Conclusão**

Os estudos sobre gênero no Brasil, só têm a ganhar com a aproximação de distintas fontes e dimensões. Num caso mais específico, da cultura visual, os estudos tendem a compreender situações de vivências originais na historiografia. A construção de narrativas utilizando-se de imagens e demais indícios, tendem a complementar-se em diferentes perspectivas, num primeiro momento, incorporando elementos que muitas vezes não estão contemplados nas fontes escritas e, num segundo momento, uma contribuição fundamental para os estudos de gênero que é exatamente a possibilidade de incorporar novas representações sobre o feminino, desta forma fugindo de modelos e representações idealizadas nos distintos padrões de comportamentos. Sendo assim, as imagens nos aproximam de outros padrões de gênero, muito presentes nos diferentes contextos de pertencimento.

Muitas narrativas sobre gênero no Brasil tendem a elucidar uma perspectiva mais coletiva, são poucos casos na historiografia e mesmo nos estudos culturais, em que se procura trabalhar com uma dimensão mais individual, ou seja, de elucidação de um determinado ator ou atriz social. Sendo assim, a proposição de destacar uma atriz social requer um trabalho de estabelecer relações com os atores coletivos, pois é no coletivo que se encontram as memórias sociais. Numa perspectiva historiográfica muito aplicada procurou-se exatamente essa dimensão de recorte na composição de uma trajetória individual, a qual assemelha-se as outras trajetórias de mulheres militantes na ditadura militar brasileira. Representou-se a memória de uma atriz social, no sentido de sujeito e também de personagem que atuou em um cenário de lutas, de resistências e também de violência de gênero, típico dos períodos autoritários.

A violência de gênero foi a mais utilizada contra as mulheres militantes na ditadura militar brasileira. O caso específico de recompor os indícios da vida de Inês Etienne nos mostra com detalhes essas práticas de violência sofridas. As mulheres que foram torturadas sofreram a violência de gênero em todos os sentidos, tanto físicos quanto psíquicos. As práticas de torturas, quase todas efetuadas por homens, demonstram a total desigualdade de gênero, e, sobretudo, uma imposição de uma hierarquia de poder ainda mais acentuado pela violência. Foi uma violência institucionalizada, ou seja, acontecida fora do espaço doméstico,

nas instituições do próprio Estado Brasileiro. O estudo apresentado no artigo é apenas um recorte da história, conta a vivência exata de apenas uma personagem, mas representa a coletividade, pois toda a violência de gênero atingiu muitas mulheres militantes no Brasil, o que de certa forma ainda requer muitos estudos no campo do gênero para demonstrar a participação das mulheres que não aceitavam a dominação política. Sendo assim, os estudos sobre gênero e historiografia sobre o tema ganhariam novas dimensões com atores sociais fora de padrões de comportamentos considerados como ideias em uma sociedade desigual e opressora.

Quando trabalhamos com uma atriz social individual podemos recompor fragmentos e indícios de vivências muito singulares. O caso da Inês Etienne é mais uma trajetória de lutas e resistências, mas que conseguiu dar novo sentido à vida numa luta intensa de denunciar a violência sofrida a si e demais mulheres na ditadura militar. Os indícios recompostos e agrupados aos poucos na narrativa histórica são uma possibilidade com muitos significados para os estudos de gênero, na medida em que procuramos o entendimento de atores e suas práticas que diferem de um regime de normalidade e uniformidade em um contexto. Sendo assim completamos a pequena trajetória num sentido muito particular, ou seja, foi uma recomposição de uma memória subterrânea possível a partir de fragmentos que formam um caleidoscópio sobre a ditadura militar brasileira.

## Referências bibliográficas

ARAÚJO, Maria de Fátima. Atendimento a mulheres e famílias vítimas de violência doméstica. **Revista de Psicologia do Departamento de Psicologia Clínica**. n. 9, 1996, p. 7-17.

AZEVEDO, Maria Amélia. **Mulheres Espancadas: a violência denunciada**. Rio de Janeiro: Editora Cortez, 1985.

BERNARDO, André. A história da ‘Casa da Morte’ contada por única sobrevivente. **BBC News Brasil**. Rio de Janeiro, 09. jan. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-55492932>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BUTLER, Judith. **Frames of war: when is life grievable?** New York; London: Verso, 2009.

CANABARRO, Ivo dos Santos. **Dimensões da cultura fotográfica no sul do Brasil**. Ijuí: Unijuí, 2011.

CANABARRO, Ivo dos Santos; CHUQUEL, Luane Flores; MEIER, Alef Felipe. 1968 o Ano que Não Acabou: da imaginação no poder na Europa ao estado de exceção no Brasil. **Fronteiras**. v. 21. n. 36, 2018, p. 154-176. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/FRONTEIRAS/article/view/9421>. Acesso em: 24 fev. 2021.

CANABARRO, Ivo dos Santos. STRÜCKER, Bianca. **Notas sobre a Comissão Nacional da Verdade no Brasil: a construção de uma memória social**. Mauritius: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

COLLING, Ana Maria. As mulheres e a ditadura militar no Brasil. **História em revista**. v. 10, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/HistRev/article/view/11605>. Acesso em: 27 fev. 2021.

FACHIN, Patricia. Feminismos e o mito da sororidade: entrevista especial com Berenice Bento. Instituto HumanitasUnisinos, 2017. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/159-noticias/entrevistas/567252-os-multiplos-feminismos-e-as-tensoes-com-os-transgeneros-entrevista-especial-com-berenice-bento>. Acesso em: 25 fev. 2021.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 12. ed. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina**. Petrópolis: Vozes, 1971.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada: As ilusões armadas**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

HARTOG, François. **Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

LAURETIS, Teresa de. Tecnologia do Gênero. HOLLANDA, Heloisa. Buarque de. (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

MENEGHEL, Stela Nazareth; ARMANI, Teresa; SEVERINO, Rosa; GARCIA, Ana Maria; MAFIOLETI, Breno; FOCHI, Eunice; RODRIGUES, Fabiana; ARMANI, Luciara; OLIVEIRA, Mara; RODRIGUES, Rosclair. Cotidiano violento: oficinas de promoção em saúde mental em Porto Alegre. **Ciência e Saúde Coletiva**. v. 5. n. 1, 2000, p. 193-203. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-81232000000100017&lng=pt&nrm=iso](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232000000100017&lng=pt&nrm=iso). Acesso em: 27 fev. 2021.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. Trad. Yara Aun Khoury. **Revista projeto história**. n. 10. PUC/SP, 1993, p. 7-28. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 26 fev. 2021.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos históricos**. Rio de Janeiro. CPDOC-FGV, v. 2. n. 3, 1989, p. 3-15. Disponível em: [WWW.cpdoc.fgv.br](http://WWW.cpdoc.fgv.br). Acesso em: 20 fev. 2021.

PROST, Antonie. Lesacteursdansl'histoire. BARBOLAN, Jean-claude Ruano (Org.). **L'histoireaujourd'hui**. Paris: SciencesHumainesÉditions, 1999.

RELATÓRIO DA COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE (CNV), **Relatório da Comissão Nacional da Verdade (CNV)** v. 3. Brasil, 2014, Disponível para download em: <<http://cnv.memoriasreveladas.gov.br/index.php/outros-destaques/574-conheca-e-acesse-o-relatorio-final-da-cnv>>. Acesso em: 23 abr. 2020.

ROSSI, Túlio Cunha. “Representações” de gênero em imagens: contribuições metodológicas de uma sociologia do cinema. **Repocs**. v. 14. n. 28. jul/dez 2017. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/7301>. Acesso em: 22 fev. 2021.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado, Violência** .2. ed. São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo, 2015.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: Uma Biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015

TOURAINÉ, Alain. **Iguais e Diferentes: Poderemos viver juntos?** Petrópolis: Vozes, 1997.

Recebido em: 06/12/2020  
Aprovado em: 02/02/2021  
Publicado em: 07/05 2021

## Notas

<sup>i</sup> Artigo realizando em parceria com Bianca Strücker, doutoranda em Direito pelo Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direito da Universidade Regional Integrada do Alto do Uruguai e das Missões - Campus Santo Ângelo (URI).

\*Pesquisador associado a UNESCO na cátedra Diversidade Cultural, Gênero e Fronteiras Pós doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense. doutorado em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com estágio de doutorado na l'Université Paris III Sorbonne Nouvelle, Instituto de Cinema e Audiovisual com orientação de Philippe Dubois. Docente da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, atuando na Graduação de História presencial e EAD e no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Direitos Humanos  
<http://lattes.cnpq.br/1905100527407474> ; <https://orcid.org/0000-0002-6937-4698>.

<sup>iii</sup>Igualmente, Alain Touraine (1997) utiliza a mesma nomenclatura ao defender que se pode compreender a emancipação como um processo de alcance do sujeito, como desejo de tornar-se ator ou atriz social. Neste contexto este ator ou esta atriz social, que está no mundo cria capacidades para resistir, criar seu próprio eu, para se responsabilizar, agir e fazer agir. Para Touraine, o objeto atual da sociologia é a tensão entre a razão e o sujeito, que assume também a forma do conflito entre o sujeito e os sistemas ou mesmo da oposição entre a liberdade e o poder. Face ao processo de racionalização, a subjetivação diz respeito ao processo de reconhecimento e de identidade dos indivíduos que, no limite, pode transformá-los em atores habilitados à contestação e à luta pela emancipação.

<sup>iv</sup>Pierre Bourdieu(2014, p. 21) argumenta que “a divisão entre os sexos parece estar na ‘ordem das coisas’, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável”, e se faz presente não apenas determinando o lugar das pessoas, mas também das coisas, na casa, por exemplo, objetos são sexuados, em todo o mundo social, nos corpos, na religião, funcionando como sistemas de percepção, de pensamento e ação. De acordo com Bourdieu, a força da ordem masculina não necessita de justificação, a visão androcêntrica se impõe neutra, sem necessidade de discursos para legitimá-la. Deste modo, a ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que reafirma constantemente a dominação masculina sobre a qual se encontra alicerçada, a qual se percebe na divisão sexual do trabalho, na distribuição das atividades designadas a cada um dos dois sexos, dos seus locais, momentos e instrumentos; bem como na estrutura do espaço, opondo os lugares públicos, como a assembleia ou o mercado, reservados aos homens, e os privados, como a casa, reservada às mulheres; ou ainda, no próprio lar, entre a parte masculina, como a sala de estar, e a parte feminina, como a cozinha.

---

<sup>v</sup> O voto feminino só foi conquistado no Brasil depois de uma luta de 100 anos. Somente em 1932 as mulheres obtiveram o direito de votar, o que veio a se concretizar nas eleições do ano seguinte. A conquista do voto feminino teve participação decisiva da zoóloga Bertha Lutz, que fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, em 1922, iniciativa vinculada ao movimento sufragista internacional. As outras reivindicações eram igualdade entre os sexos e independência da mulher. No entanto, a Constituição de 1934 restringiu a votação feminina às mulheres que exerciam função pública remunerada, que só mudou em 1965, com a edição do Código Eleitoral atual. O voto secreto foi uma importante conquista, pois garantia o livre exercício desse direito pelas mulheres, afinal não precisariam prestar contas sobre seu voto aos maridos e pais (FAUSTO, 2006).

<sup>vi</sup> O AI-5 é entendido como o marco que inaugurou o período mais sombrio da ditadura. Trata-se do resultado extremo de um processo em que foi implantando o autoritarismo no Brasil, isto é, a coroação de um longo processo de autoritarismo no Brasil. Na visão das historiadoras Lília Schwarcz e Heloísa Starling (2015, p. 455), “era uma ferramenta de intimidação pelo medo, não tinha prazo de vigência e seria empregado pela ditadura contra a oposição e a discordância”. Por meio do AI-5, foi proibida a garantia de habeas corpus em casos de crimes políticos, houve o fechamento do Congresso Nacional, autorizava o presidente a decretar estado de sítio por tempo indeterminado, dentre outras restrições de direitos, onde a censura aos meios de comunicação e a tortura praticada por agentes do governo consolidaram-se como ações comuns da Ditadura Militar.

<sup>vii</sup> Patriarcado é o sistema caracterizado pelo poder do gênero masculino enquanto categoria social, centrada na descendência patrilinear e no controle masculino sobre o feminino. Trata-se de uma forma de organização social, onde as relações são regidas pelos preceitos de que as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e os jovens, por sua vez, estão hierarquicamente subordinados aos homens mais velhos (SAFFIOTI, 2015).

<sup>viii</sup> Pode ser definido como o sentimento que une as mulheres em uma rede de solidariedade, empatia e companheirismo. A palavra *soror*, originária do latim, se refere a irmã, enquanto *frater* se refere a irmão, isto é, tem semelhança com o conceito de fraternidade. Simplificando, trata-se de reconhecer em outra mulher, mesmo que seja uma pessoa desconhecida, as dores e as barreiras que todas nós enfrentamos em uma sociedade machista.

<sup>ix</sup> Conforme Berenice Bento, apesar da proliferação dos discursos feministas no país nas últimas décadas, dos avanços em políticas públicas direcionadas para as mulheres e de “um considerável repertório de leis contra a violência de gênero, a violência contra a mulher não diminuiu [tanto] e as mulheres continuam sendo agredidas e assassinadas”. Para a autora, a não diminuição da violência contra a mulher está associada a uma disputa no âmbito cultural, que ainda deve ser feita. “Houve uma priorização dos múltiplos movimentos feministas em torno do Estado, mas o campo da mentalidade, da cultura e do cotidiano não foi prioritariamente disputado.” A autora ainda argumenta que interpreta a sororidade como um dos mitos perversos que constitui o imaginário feminista, porque não enfrenta práticas violentas de mulheres contra mulheres, ao esquecer que as mulheres também têm classe social, sexualidade, religião. Ou seja, mulheres podem explorar outras mulheres não apenas porque estão dominadas ou controladas ideologicamente pelo patriarcado, mas porque seus interesses de classe são prioritários (FACHIN, 2017).